



Projeto Escola sem Homofobia

Componente de pesquisa: “Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras”

Relatório Técnico Preliminar - Natal – RN

Pesquisadores:

Abraham Juan Díaz Moráquez
Tiago Duque
Margarita Díaz
Magda Chinaglia
Rodrigo Braga

Equipe do Trabalho de Campo:

Pesquisadores Consultores da Reprolatina: Elaine Prandi Pedro, Tiago Duque
Assistentes locais de pesquisa: David Rego, Emanuel Palhano

PARCERIAS

Pathfinder do Brasil
ABGLT
GALE
ECOS

APOIO

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Natal
Secretaria Municipal de Educação

APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Ministério de Educação e Cultura (MEC)

Agradecimentos

Esta pesquisa só pôde ser realizada graças à colaboração de muitas pessoas que participaram voluntariamente, com grande dedicação, na organização da visita preliminar e, posteriormente, dando apoio aos pesquisadores para a realização do trabalho de campo.

Ainda correndo o risco de esquecer alguma pessoa, queremos agradecer sinceramente ao Professor Alípio Souza filho, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN e vice-coordenador do Núcleo de Pesquisa e Intervenção Social, que colaborou com grande entusiasmo e dedicação em todo o processo, a professora Kátia Maria Pereira, o Professor Francisco Francinildo da Silva, o advogado Emanuel Paiva Palhano e a professora Elizabeth Jácome.

Queremos também agradecer às Secretarias de Educação, que facilitaram o processo de seleção das escolas e aos diretores e diretoras das escolas que aceitaram participar da pesquisa sem poupar esforços, educadores e educadoras e pessoal administrativo das escolas participantes.

Finalmente, mas não por isso menos importante, agradecemos a entusiasta colaboração dos e das estudantes e dos seus pais que, ao autorizar a participação dos filhos e filhas, permitiram que a pesquisa fosse completada com sucesso.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Justificativa.....	3
3. Objetivos	5
Objetivo Geral	4
Objetivos Específicos	4
4. Sujeitos e Métodos.....	4
Desenho do Estudo	4
Amostra	5
Preparação do Estudo	6
Coleta de dados.....	6
Escolas que colaboraram com o estudo:.....	7
5. Resultados	8
- O ambiente escolar	8
- Política de educação sexual e sua implementação nas escolas	9
- Diversidade Sexual na Escola	11
- Postura, atitudes e prática da escola frente a estudantes LGBT.....	12
- Percepção sobre a reação da família frente a filhos LGBT.....	13
- Homofobia na Escola	14
- Causas e consequências da homofobia	15
- Programa Brasil sem Homofobia	15
- Outros achados relevantes	16
6. Considerações finais.....	17
Anexo 1	19

1. Introdução

O projeto Escola sem Homofobia foi desenvolvido pela Pathfinder do Brasil, em parceria com a ABGLT, ECOS e Reprolatina. A proposta de projeto foi apresentada em resposta à Emenda Parlamentar nº 50340005, que tem como finalidade “Contribuir para a implementação do Programa Gênero e Diversidade Sexual nas Escolas, do Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”. A proposta, discutida previamente pelos parceiros, obteve aprovação e apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério de Educação e Cultura (MEC).

O projeto visa à realização de dois produtos específicos:

- 1) Recomendações para orientar a revisão, formulação e implementação de políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro;
- 2) Estratégia de comunicação para trabalhar a diversidade sexual de forma mais consistente e justa em contextos educativos e que repercute nos diversos valores culturais atuais.

Para contribuir para a realização do primeiro produto foram desenhadas duas atividades:

- Pesquisa qualitativa em 11 capitais brasileiras visando conhecer as percepções, conhecimentos e atitudes da comunidade escolar frente às diversidades e orientações sexuais e de gênero, conceito e percepção da homofobia e do programa Brasil sem Homofobia no processo educativo, focalizando Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e escolas do Ensino Fundamental (6º a 9º ano) da rede pública.
- Realização de encontros regionais para promover e facilitar a discussão aprofundada e qualificada da homofobia nas escolas, congregando lideranças do movimento LGBT, gestores estaduais e municipais da Educação, representantes dos Comitês Gestores Estaduais do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (MEC/Ministério da Saúde) e das Comissões Estaduais de Direitos Humanos.

A Reprolatina foi definida como instituição responsável pela realização da pesquisa e preparou a proposta que, após ser aprovada pela SECAD, ECOS e Pathfinder do Brasil, foi enviada para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (CEP/UNICAMP), que a aprovou em 15 de julho de 2008.

A discriminação e violência baseadas em diferenças de orientação sexual e identidade de gênero, conhecidas como comportamentos de homofobia, têm servido de motivação aos movimentos reivindicatórios de direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT). O termo homofobia tem sido utilizado para conceituar a hostilidade, intolerância e desprezo a qualquer tipo de orientação e identidade sexual diferente da heterossexual¹.

¹ Herek, GM. Stigma, prejudice, and violence against Lesbians and Gay men. In: Gonsiorek, JC, Weinrich, JD (Eds). *Homosexuality: research implications for public policy*. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

ONUSIDA, Centro Internacional de Cooperación Técnica en VIH y SIDA, GCTH. *Guía de acciones estratégicas para prevenir y combatir la discriminación por orientación sexual e identidad del género*, 2007.

Segundo Junqueira, homofobia é um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costuma produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e de identidade de gênero².

A homofobia dirige-se contra todas aquelas pessoas que se afastam da heteronormatividade, ou seja, comumente aqueles homens que sentem desejo e atração sexual por outro homem e aquelas mulheres que sentem esse mesmo desejo e atração por outras mulheres. É uma atitude hostil que marca a orientação sexual não heterossexual como sendo inferior ou anormal, e às pessoas que a praticam como pecadoras, doentes, delinquentes ou desequilibradas, chegando às vezes ao extremo de despojá-las de sua condição de seres humanos. A homofobia se expressa em diferentes formas ativas de violência física ou verbal, rejeição silenciosa e institucionalizada das pessoas e em limitação do seu acesso a direitos, espaços, reconhecimento, prestígio e poder³.

O comportamento homofóbico contra LGBT assume as mais diversas formas; os atos de discriminação e violência ocorrem tanto na esfera privada quanto pública. Segundo dados de pesquisa na Parada Gay na cidade do Rio de Janeiro, 33,5% dos respondentes declararam que foram excluídos ou marginalizados no grupo de amigos ou vizinhos, 27% no ambiente familiar, 26,8% na escola ou faculdade, 20,6% em ambientes religiosos, 18% em locais de comércio ou lazer, 12% no trabalho/emprego e 11% em serviços de saúde⁴. Entre adolescentes de 15 a 18 anos, 40,4% declararam ter sofrido atos de discriminação na escola, sendo também frequentes as experiências de discriminação na família e entre amigos e vizinhos⁴.

Inegavelmente, uma das esferas onde a homofobia se expressa com mais força é o âmbito educativo. De fato, o ambiente escolar é um dos principais agentes de socialização em nossa cultura e é o local onde se ensina, desde a infância, que a homossexualidade é um caminho errado.

A violência homofóbica no contexto escolar apresenta algumas especificidades que a tornam mais difícil de combater, por exemplo: ela está invisível e considerada comportamento normal, leva a situações de exclusão na forma de perda de amizades e

² Junqueira, R. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos; SOUZA, Nádia Geisa Silveira; GOELLNER, Silvana Vilodre e SOUZA, Jane Felipe (Orgs). Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 59-69.

³ Galán JIP, Puras BM, Medina POR, Martín NM, López MR. Actitudes ante la diversidad sexual de la población adolescente de Coslada (Madrid) y San Bartolomé de Tirajana (Gran Canaria). Ayuntamiento de Coslada (Madrid), Ayuntamiento de San Bartolomé de Tirajana (Gran Canaria) y Federación Estatal de Lesbianas, Gays, Transexuales y Bisexuales (FELGTB). 2007, 75p.

⁴ Carrara, S, Ramos, S. Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 9º Parada do Orgulho GLTB – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

apoio ante o medo de “contágio” do estigma e, na maioria dos casos, as vítimas não recebem apoio da escola ou das famílias⁵.

Há poucos dados de pesquisas qualitativas sobre homofobia no ambiente escolar no Brasil. Uma pesquisa realizada pela UNESCO com estudantes do ensino fundamental e médio de 14 capitais brasileiras mostrou que 22,6% (Belém) a 30,6% (Fortaleza) não gostaria de ter um colega homossexual.⁶ Nos Estados Unidos, alguns estudos também mostraram que adolescentes e jovens estudantes que declararam atração sexual pelo mesmo sexo ou ambos os sexos são mais vulneráveis a sofrerem atos graves de violência do que seus pares que declaram sentir atração sexual apenas pelo sexo oposto⁷.

Apesar dos avanços em relação ao reconhecimento dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), pouco se conhece sobre o problema da homofobia nas escolas e a influência que esta possa ter no nível de violência nas escolas, no rendimento escolar e no abandono da escola.

2. Justificativa

O Plano Plurianual - PPA 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Para fazer efetivo este compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lançou o Programa Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Este programa é o reconhecimento explícito da grande importância de focalizar nas necessidades e interesses específicos da população LGBT com uma ação sistemática e abrangente.

O objetivo do programa é promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais.

Para atingir tal objetivo, o Programa promove diversas ações voltadas para o apoio a projetos de fortalecimento das instituições, criação e disseminação de conhecimentos sobre direitos e o incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT.

Nesse contexto, a pesquisa qualitativa do projeto “Escola sem Homofobia”, cujos resultados são apresentados neste relatório, objetiva produzir conhecimentos para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas voltadas para o combate à

⁵ Generelo, J. & Pichardo, JI. Homofobia en el sistema educativo. Madrid: Cogam, 2005. In: Galán JIP, Puras BM, Medina POR, Martín NM, López MR. Actitudes ante la diversidad sexual de la población adolescente de Coslada (Madrid) y San Bartolomé de Tirajana (Gran Canaria). Ayuntamiento de Coslada (Madrid), Ayuntamiento de San Bartolomé de Tirajana (Gran Canaria) y Federación Estatal de Lesbianas, Gays, Transexuales y Bisexuales (FELGTB). 2007, 75p.

⁶ UNESCO. Castro MG, Abramovay M e Silva LB. Juventudes e Sexualidade. Brasília, Brasil, 2004. 428p.

⁷ Faulkner AH, Cranston, K. Correlates of same-sex sexual behavior in a random sample of Massachusetts high school students. Am J Public Health 1998; 88 (2): 262-66.
Russell, ST, Franz, BT, Driscoll, AK. Same-sex romantic attraction and experiences of violence in adolescence. Am J Public Health 2001; 91(6): 903-06.

violência e à discriminação por orientação sexual. Também deve contribuir para a efetiva implantação do Programa Gênero e Diversidade Sexual nas Escolas, do MEC.

Na sua parte final se apresentam recomendações pontuais de ações específicas para o município que poderiam contribuir ao processo de enfrentamento da homofobia nas escolas.

3. Objetivos

Objetivo Geral

Conhecer a percepção das autoridades educacionais, equipe docente, e estudantes de 6º ao 9º ano de ensino fundamental da rede pública de ensino, sobre a situação da homofobia no ambiente escolar, para dar subsídios ao programa Brasil sem Homofobia.

Objetivos Específicos

1. Descrever o conhecimento, atitudes e práticas de educadores e estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental quanto às diversidades de orientação sexual e de gênero na escola;
2. Descrever o conhecimento, atitudes e práticas de educadores e estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental quanto à homofobia no ambiente escolar;
3. Descrever as opiniões de educadores e estudantes quanto às possíveis razões e consequências da violência homofóbica nas escolas;
4. Descrever o ambiente escolar com relação às diversidades de orientação sexual e de gênero;
5. Descrever o conhecimento de educadores e estudantes sobre o programa Brasil sem Homofobia, bem como as ações do programa implementadas nas escolas;
6. Descrever a opinião e aceitação do programa Brasil sem Homofobia pela equipe docente e autoridades da educação dos municípios participantes;
7. Descrever as recomendações de autoridades, docentes e estudantes para reduzir ou eliminar a homofobia nas escolas.

4. Sujeitos e Métodos

Desenho do Estudo

Realizou-se uma pesquisa qualitativa em 11 capitais, representando as cinco regiões do país, a saber:

Norte: Manaus (AM), Porto Velho (RO)

Nordeste: Natal (RN), Recife (PE)

Centro-Oeste: Cuiabá (MT), Goiânia (GO)

Sudeste: Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP)

Sul: Curitiba (PR), Porto Alegre (RS)

A escolha das cidades participantes foi uma decisão de consenso entre as instituições parceiras e a SECAD. No caso do Rio de Janeiro, a cidade foi incluída posteriormente, a partir de uma solicitação de autoridades do Estado do Rio de Janeiro.

Amostra

A seleção da amostra foi feita com base nas proposições teóricas de Patton sobre amostragem proposital⁸. Em cada município foram selecionadas quatro escolas com ensino de 6º a 9º ano, sendo duas escolas estaduais e duas municipais. As escolas foram selecionadas de maneira aleatória de acordo ao processo detalhado a seguir:

Em primeiro lugar, em cada município foram elaboradas duas listas uma das escolas estaduais e outra das escolas municipais. Ambas as listas foram classificadas em ordem decrescente, de acordo as notas do IDEB 2007. As listas foram obtidas do site do Ministério da Educação. De cada uma das listas classificadas por IDEB foram selecionadas duas amostras para o sorteio, uma contendo as escolas classificadas no percentil igual ou maior a 75 e outra amostra com as escolas classificadas no percentil 25 ou menor. Depois de realizar esse processo de classificação, foram enviadas, aos municípios, quatro listas:

- escolas estaduais com IDEB percentil ≥ 75
- escolas estaduais com IDEB percentil ≤ 25
- escolas municipais com IDEB percentil ≥ 75
- escolas municipais com IDEB percentil ≤ 25 .

As listas foram enviadas para as respectivas Secretarias de Educação (estadual ou municipal), solicitando que fosse especificado para cada escola se estava localizada em área central ou periférica do município.

Depois de receber as listas, as escolas foram selecionadas, utilizando um software livre de geração de números aleatórios⁹. Foram sorteadas, de cada lista, três escolas, uma titular e duas suplentes para a eventualidade que a titular não pudesse participar. Com esse sistema, em todos os municípios foram sorteadas:

- 3 escolas (1 titular e 2 suplentes), municipais, periféricas, com IDEB alto
- 3 escolas (1 titular e 2 suplentes), municipais, centrais, com IDEB baixo
- 3 escolas (1 titular e 2 suplentes), estaduais, centrais, com IDEB alto
- 3 escolas (1 titular e 2 suplentes), estaduais, periféricas, com IDEB baixo

Os assistentes locais da pesquisa visitaram as escolas para confirmar a participação e, nos casos de impossibilidade de participar, as escolas titulares foram substituídas por alguma das suplentes, sempre tentando substituir com a primeira suplente.

Com só uma exceção, foi possível, em todos os municípios, uma amostra de escolas com duas escolas municipais e duas estaduais; duas escolas periféricas e duas centrais e duas escolas com IDEB baixo e duas com IDEB alto.

Em cada município, o estudo foi realizado por meio de entrevistas e grupos focais de acordo à descrição abaixo:

- Entrevista em profundidade com o(a) Secretário(a) Estadual de Educação ou um(a) representante.

⁸ Patton, MQ. Qualitative evaluation and research methods. 2nd Ed. London: Sage Publications; 1990.

⁹ <http://www.randomization.com>

- Entrevista em profundidade com o(a) Secretário(a) Municipal de Educação ou um(a) representante.
- Entrevista em profundidade com o(a) Diretor(a) ou representante de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).
- Entrevista em profundidade com o(a) Coordenador(a) pedagógico(a) de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).
- Entrevistas informais com pessoal administrativo e de apoio de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).
- Grupos focais com professores(as) de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).
- Grupos focais com estudantes de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).

Preparação do Estudo

Inicialmente a Pathfinder do Brasil enviou uma carta às secretarias estaduais e municipais das cidades envolvidas, apresentando o projeto, descrevendo os objetivos e a metodologia do estudo e solicitando apoio para sua realização. Simultaneamente a ABGLT enviou uma Carta às ONG do movimento LGBT, das cidades participantes, informando sobre a pesquisa, seus objetivos e metodologia, e solicitando apoio para sua realização.

Em seguida, pesquisadores da Reprolatina contataram esses representantes para a organização da visita preparatória da pesquisa.

Na etapa seguinte, realizou-se a visita preparatória, que teve como objetivo solicitar confirmação da autorização para realizar a pesquisa com as autoridades de educação, visitas nas quatro escolas selecionadas para reuniões com autoridades locais e diretores(as) para explicar objetivos da pesquisa e atividades e solicitar autorização, confirmar a participação das escolas selecionadas ou escolher nova(s) escolas se alguma(s) não pudesse(em) participar, disseminar informação sobre a pesquisa no meio acadêmico e no movimento social explicando os critérios de seleção dos(as) assistentes de pesquisa.

A preparação da pesquisa incluiu também uma capacitação teórico-prática (40 horas), que teve como objetivos preparar a equipe no tema e nas técnicas qualitativas e uniformizar conceitos e marcos de referência. A capacitação incluiu os temas: projeto Escola sem Homofobia, principais marcos de referência, identificação de atitudes e valores, noções de pesquisa qualitativa, técnicas de comunicação, corpo, sexualidade, gênero, direitos sexuais e reprodutivos, aspectos éticos, aspectos práticos do trabalho de campo e avaliação.

Após a capacitação, os(as) assistentes locais de pesquisa realizaram visitas nas escolas para organizar as atividades do trabalho de campo, distribuir os termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para os pais ou responsáveis legais de estudantes menores de 18 anos e preparar a agenda.

Coleta de dados

Previamente à coleta de dados, e com base na revisão da literatura e instrumentos disponíveis já utilizados em outras pesquisas qualitativas, nacionais e internacionais, foram elaborados os roteiros para:

- entrevistas em profundidade (para gestores, diretores (as) e professores(as) (as)),
- grupos focais com professores(as) (as) e estudantes,

- entrevistas informais com pessoal administrativo e
- observação dirigida nas escolas.

Esses instrumentos foram revisados pelos parceiros do projeto e pré-testados em escolas públicas do 6º ao 9º ano de duas cidades próximas de Campinas para a obtenção da versão final.

O trabalho de campo em Natal foi realizado em cinco dias com uma equipe de pesquisa constituída por dois pesquisadores da Reprolatina e dois assistentes locais de pesquisa do município, que também tiveram um papel fundamental na realização dos contatos e na preparação da agenda de trabalho.

Em cada escola foram realizadas as seguintes atividades:

- duas entrevistas em profundidade, sendo uma com o(a) diretor(a) e uma com o(a) coordenador(a) de ensino;
- um ou dois grupos focais com professores(as) e professor(a)as e
- um ou dois grupos focais com estudantes.

Também foram realizadas entrevistas informais com pessoal administrativo (merendeiras, inspetores(as), porteiros(as), pessoal administrativo, etc) e a observação do ambiente escolar, incluindo banheiros, bibliotecas, salas de aula e outros espaços da escola, bem como a observação do comportamento de estudantes e dinâmica fora da sala de aula.

Em cada município, também foram realizadas entrevistas em profundidade com o(a) Secretário Estadual e Municipal de Educação ou representantes por eles (elas) designados (as).

Escolas que colaboraram com o estudo:

Escola Estadual Graciliano Lordão
Escola Estadual Newton Braga Faria
Escola Municipal Amadeu Araujo
Escola Municipal Juvenal Lamartine

ATIVIDADES E PARTICIPANTES POR SEXO		
Tipo de atividade	Número de participantes	
	Mulheres	Homens
Entrevistas autoridades das Sec. de Educação	0	1
Entrevistas com Diretores (as)	4	0
Entrevistas com Coordenadores(as de Ensino	4	0
Grupos focais com professores(as) (as)	23	9
Grupos focais com estudantes	20	14
Entrevistas informais *	10	6

* Em todas as escolas também foi realizada observação dirigida das condições materiais do local, manutenção e limpeza, equipamentos audiovisuais, material educativo e do ambiente escolar nas salas de aula e outras dependências.

5. Resultados

- O ambiente escolar

As escolas visitadas são organizadas e limpas, com amplas áreas onde podem realizar atividades coletivas. Chamou a atenção a ausência de áreas verdes, o que prejudica as atividades nos intervalos porque, por falta de sombra, o calor é, em geral, intenso. Existe uma grande preocupação com a disciplina, o que inclui o uso de uniforme escolar, mas algumas escolas permitem algumas exceções ao uso de uniforme. Por exemplo, numa escola se permite o uso de chinelos em vez de tênis. Parece existir também uma grande preocupação com a segurança, evidenciada pela forte vigilância ostensiva observada na maioria das escolas. Em algumas escolas a vigilância é feita pela Guarda Municipal.

Em geral, as escolas não têm equipamentos tecnológicos disponíveis (computadores, televisores, DVD, etc.) e têm muito pouco material educativo.

Não há cartazes relacionados aos direitos sexuais ou reprodutivos e também não há informação sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST) e anticoncepção. As questões de gênero aparecem em algumas escolas, por meio de cartazes que afirmam que **“donas de casas são donas de suas vidas”**, e também foram vistos cartazes que se referem à violência doméstica. Em uma das escolas havia um cartaz sobre programas do governo federal voltados à formação profissional dos estudantes. A maioria dos cartazes refere-se basicamente aos programas da própria escola, avisos internos, agendas e trabalhos com temas regionais, etc.

As imagens religiosas estão presentes em todas as escolas, sendo que algumas têm grande profusão delas. Todas têm símbolos religiosos católicos (crucifixos, virgens, altar contendo santos e flores, pinturas nas paredes com versículos bíblicos, adesivos com imagens ou frases religiosas, etc.). Em uma escola encontramos livros de outras religiões na mesa da direção e cartazes explicando a diversidade religiosa. Não observamos qualquer tipo de discriminação baseada em crença ou descrença religiosa.

As pichações em banheiros e muros com conteúdo alusivo a pessoas LGBT são muito escassas. Há grande profusão de pichações com conteúdo sexual ou pornográfico, tais como pênis com asas referindo-se ao sexo anal. Nas quadras de esportes também foram observados muitos grafites associados a relacionamentos heterossexuais, mas também havia inscrições acusando algumas pessoas de ser gays *“fulano é gay, sicrano é bicha”*.

Na maior parte dos banheiros se observam diferenças de gênero. Por exemplo, em algumas escolas só nos banheiros femininos havia espelhos. Em outras, os banheiros, estavam bastante sujos (mas isso era mais marcado nos masculinos). Em vários banheiros não havia pia, papel higiênico, toalhas e os vasos estavam entupidos, com vazamentos ou com o mecanismo elétrico e de descarga quebrado.

Mesmo com a sinalização ruim dos espaços escolares, em todas elas estava bem sinalizado qual era o banheiro feminino. Apenas numa escola não existia nenhuma sinalização e não estava claro para os pesquisadores qual era o banheiro feminino ou masculino. Entretanto, todos os estudantes sabiam qual era o que correspondia a mulheres e homens. Em uma das escolas o ícone da inscrição dos banheiros sugeria uma orientação tradicional de gênero. Na porta do banheiro dos meninos havia um desenho de um menino com as mãos para trás,

segurando flores. O cartaz, “banheiro masculino” estava escrito em cor azul. Na entrada do banheiro feminino havia uma menina com as mãos para trás com um coração. Sobre a porta estava escrito, “banheiro feminino” em cor rosa. Os banheiros ficavam separados e distantes, mas um de frente para o outro.

Percebemos que nos intervalos se formam vários grupos, geralmente, por estudantes da mesma faixa etária e são notórias as “paqueras” e demonstrações de afetividade entre os e as estudantes. É também comum escutar agressões entre eles e elas como “*baitola, viado, etc.*”, porém, as agressões não estão diretamente ligadas ao objetivo de ferir colegas homossexuais. As palavras pejorativas são dirigidas a qualquer um, independentemente da aparente orientação sexual. O contato com os adultos (coordenadores, vigilantes, etc.) é constante; os (as) estudantes (as), sempre que possível, dirigem-se a eles para conversar sobre temas diversos.

Também observamos grupos formados por torcedores dos maiores clubes de futebol da cidade. Os adeptos da “Máfia vermelha (torcida organizada do América de Natal-RN)” e da “Gang alvinegra (torcida organizada do ABC de Natal-RN)” trocam constantes “ofensas”, porém, não chegam a se agredir fisicamente.

Não observamos entre os (as) estudantes pessoas que fossem identificadas como homossexuais ou travestis. Os grupos são bastante homogêneos no quesito gênero também. Salvo as situações de “namoros e paqueras”, os grupos costumam ser formados por pessoas do mesmo sexo. Não observamos a existência de grupos como emos, metaleiros, punks, mas alguns estudantes tinham cortes de cabelo que poderiam sugerir que fossem membros de alguma gangue.

Todos os(as) estudantes usam o uniforme escolar, nem mesmo bonés são permitidos, salvo em alguns poucos casos. Porém em uma das escolas a formalidade/oficialidade do uniforme dos(as) estudantes funcionários(as) misturava-se com a informalidade de peças como chinelos ou mini-blusas. Em uma das escolas a farda é obrigatória, inclusive o uso do tênis. Nesta escola, meninos e meninas do nono ano usavam uma camiseta de formatura “rosa choque”, com a frase “*Nem todo mundo que tenta consegue, mas todos que tentaram conseguiram*”.

- Política de educação sexual e sua implementação nas escolas

Embora a educação sexual seja reconhecida como uma atividade importante por quase todas as pessoas entrevistadas, não há uma política explícita de educação sexual implementada nas escolas do município. As autoridades municipais e estaduais declararam que as escolas realizam atividades de educação sexual, mas estas são espontâneas e cada escola desenvolve atividades diferentes que dependem de iniciativas individuais. As autoridades municipais e estaduais não identificam um referencial teórico para a educação sexual. A sexualidade é entendida basicamente como ligada à reprodução e também alguns se referiram à diversidade sexual quando perguntados sobre o conceito de sexualidade.

***“Bom, eu não sei se há essa política aqui em Natal; não tenho conhecimento”
(professor(a))***

Por outro lado, nas escolas, os(as) professores(as) (as) declararam que a educação sexual é feita quase que exclusivamente pelos(as) professores(as) de ciências e também, ocasionalmente, pelos(as) professores(as) de educação física. A atividade não é sistemática e os(as) professores(as) (as) se limitam a falar da fisiologia da reprodução e a responder perguntas ou dúvidas dos(as) estudantes. Vários(as) professores(as) declararam que preferem indicar às(aos) estudantes que falem com os(as) professores(as)(as) de ciências em vez de responder, eles próprios, as perguntas dos(as) estudantes sobre sexualidade.

***“Quem trabalha esses temas é a professor(a)a de ciências nas feiras de ciências”
(professor(a)a***

***“A escola não ofereceu, mas um grupo da sala fez um trabalho e distribuiu camisinha”
(estudante)***

Também não há um programa sistemático de capacitação em educação sexual para professores(as), que também não dispõem de materiais educativos específicos. Alguns (mas) professores(as) utilizam materiais próprios que conseguem de outras fontes.

Tanto as autoridades quanto os(as) professores(as) reconhecem que os(as) professores(as) não se sentem adequadamente preparados(as) para falar sobre sexualidade com os(as) estudantes ou para discutir assuntos tais como diversidade sexual e homofobia. Vários(as) professores(as) declararam que sentiam a necessidade de capacitação específica nesses temas e alguns já tinham solicitado que fossem realizados programas de capacitação sobre educação sexual.

***“Eu não me sinto capacitado para abordar esse assunto de forma mais formal”
(professor(a))***

“Se estou estudando a revolução francesa, como falar de sexo?” (professor(a))

“...se tivesse no planejamento seria bem melhor” (professor(a))

Segundo diretores(as) e coordenadores(as), todas as escolas devem seguir o Projeto Político Pedagógico (PPP) que é preparado de maneira participativa. Os(as) gestores(as) e professores(as) reconhecem que o PPP não dá prioridade ao ensino da sexualidade, por isso não há um plano sistemático de capacitação nessa área.

Muitos(as) entrevistados(as) destacaram a questão do “respeito” às diferenças garantido no PPP ou mesmo em suas atuações cotidianas nas escolas, mas a amplitude da compreensão sobre este conceito na prática traz fragilidades, por não existir uma política específica em relação à diversidade sexual, ao estudo e a abordagem da sexualidade não homofóbica ou não heterocentrada na sala de aula.

***“No PPP está claro a questão do respeito, então a gente busca o que tá no projeto. Agora tem algumas pessoas que não seguem, são exceções. Alguns acabam se desmascarando, porque o preconceito está no nosso corpo”
(autoridade)***

“...essa questão sexual é abordada mas não está no planejamento dentro da escola” (autoridade)

- Diversidade Sexual na Escola

O conceito de orientação sexual não é bem entendido. Pelo fato de as das pessoas não terem recebido capacitação sobre o tema, a maioria, quando perguntada sobre como definiriam orientação sexual, refere-se à educação ou orientação dos estudantes que fazem perguntas sobre sexo. Em outras palavras, há uma confusão em associar o fato de educar e ensinar sobre sexo como sendo isto “orientação sexual”. A grande maioria das pessoas entrevistadas fala de “opção sexual” quando se referem à diversidade sexual. Apesar de usarem esse termo, quando se fala mais em profundidade sobre o tema da diversidade sexual, a maioria não pensa que ser ou não ser homossexual seja, realmente, uma opção que as pessoas escolhem livremente.

Todos declararam que há homossexuais nas escolas e que, aparentemente, isso é mais frequente que antes. Entretanto, várias pessoas disseram que, na realidade, pensam que agora há mais abertura e é mais fácil saber da existência de homossexuais, mas que a frequência pode ser que não tenha aumentado. Outros pensam que o número também está aumentando e uma minoria pensa que o que tem aumentado é só a visibilidade. Entre estas opiniões, o consenso está em pensar que a população LGBT é mais visível agora.

Todos declaram que sabem de alguns(mas) estudantes que são ou existem suspeitas de que sejam homossexuais, mas são escassos(as) e quase não há estudantes que assumam a homossexualidade. A compreensão, pautada em parte no binarismo de gênero, de que gays são necessariamente femininos e lésbicas são necessariamente masculinas, parece justificar as afirmativas de que elas são menos visíveis do que eles. Também por isso, não souberam dizer como identificar um menino bissexual, por não compreenderem que algum menino que também se sinta atraído afetiva e sexualmente por meninos e meninas possa não ser afeminado.

“lésbicas a gente não sabe é mais difícil” (professor(a))

“em todas as salas tem alguém que demonstra esses trejeitos, todas de 5ª a 8ª, que eu já vi” (professora)

Em alguns casos, pessoas entrevistadas assumiram não entenderem a diversidade sexual como algo normal. Respostas focadas na concepção religiosa de que não é possível fugir a criação dos sexos opostos e diferentes, classificaram as experiências LGBT, que demonstram certa fluidez nos comportamentos do que deveria ser somente de homens ou de mulheres, como erradas. Em alguns casos, tolerou-se a escolha, mesmo compreendendo-a como não normal.

“eu também não acho certo, porque foi feito só uma coisa, homem e mulher” (professora)

“eu não acho normal, mas é uma escolha de cada um” (professor(a))

- Postura, atitudes e prática da escola frente a estudantes LGBT

As respostas são bastante variadas e, de alguma forma, ambíguas sobre vários aspectos. Por exemplo, nas primeiras perguntas sobre atitude, praticamente todos responderam que aceitam sem problema os homossexuais porque ser ou não ser homossexual é um direito de cada um. Por outro lado, também deixam claro que eles, os gays, devem também respeitar a conduta dos demais e não fazer muito explícita a sua orientação sexual. Ou seja, no discurso da maioria há um duplo conceito de aceitação. Se aceita que a pessoa tenha uma orientação sexual diferente da heterossexual, considerada normal. Entretanto, a aceitação da conduta explícita, especialmente dos que atuam de forma afeminada já não é tão evidente. A frase “eles também devem respeitar” reflete esse pensamento: os homossexuais são livres de serem homossexuais, mas não é bom que façam alarde disso. Inclusive, alguns(mas) professores(as) chegaram a dizer que a culpa da discriminação é dos próprios homossexuais porque eles, com a sua atitude, provocam a rejeição. Parte desta atitude está vinculada ao comportamento tido como feminino quando refletido por jovens gays, classificado em um dos contextos dos grupos focais com professores(as) como sendo “vulgar”.

Essa postura frágil de aceitação da diversidade sexual, habitualmente fica abalada quando perguntamos se um aluno poderia ir travestido à escola. A essa pergunta, as respostas foram variadas e refletiram os preconceitos de cada qual, embora sempre se justifique a rejeição aduzindo que não é conveniente que haja travestis na escola, porque eles seriam alvo de chacota e isso transtornaria a paz da convivência entre os(as) estudantes. Não escutamos ninguém se declarando favorável a uma proposta de enfrentar o preconceito, seja da comunidade escolar ou das famílias, para garantir o direito de uma travesti frequentar a escola travestida.

Ainda sobre a questão das travestis na escola, alguém relatou o caso de um estudante, matriculado com nome de menino, que solicitou ser tratado por um nome feminino, mas o(a) professor(a) que relatou o caso assumiu que não aceitou.

“...um aluno pediu para ser chamado de Rosinha e eu não aceitei” (professor(a))

Pelo fato de terem a percepção de haver muito poucos homossexuais nas escolas, quase não houve relatos de casais gays ou de lésbicas namorando; em consequência, não souberam responder se tolerariam o namoro de casais homossexuais. Entretanto, quase todos os(as) professores(as) disseram que não gostam dessas manifestações na escola entre heterossexuais e também não gostariam entre gays ou lésbicas. Foi bastante comum a declaração de professores(as) de que tudo tem seu lugar e seu tempo e que escola é um local para estudar e não para namorar. Alguns reforçaram a ideia de que os(as) LGBT não têm comportamentos normais como os heterossexuais.

“como não tivemos assumidos não sabemos como lidar” (professor(a))

“...se o comportamento deles fosse condizente com os dos outros normais não teria problema nenhum”(professor(a))

A invisibilidade dos namoros ou experiências LGBT na escola pode se justificar pela não valorização desta sexualidade. O exercício de manter a orientação sexual em segredo não parece ser um exercício fácil. Um dos entrevistados chegou a afirmar que é “desumano”.

***“acho que é desumano uma pessoa ter que esconder sua sexualidade”
(estudante)***

Mesmo com estes relatos, há a percepção de que a escola é “neutra” em relação a esta temática. Especificamente em uma escola só enfrentam a temática caso ela surja, como se ela de fato não estivesse presente.

“...essa escola é neutra, o melhor é ser neutra, trabalhamos pela reação e contra reação, se aparecer nós enfrentamos” (diretora)

Esta suposta neutralidade impede a percepção crítica do quanto o tema está presente, mesmo que aparentemente invisível, no cotidiano escolar. Esta presença não percebida parece ser justificada pela postura geral de não reconhecimento destas experiências como experiências tão valiosas (“normais”, “certas”) quanto as de pessoas não LGBT.
(professor(a))

- Percepção sobre a reação da família frente a filhos LGBT

Os(as) estudantes declararam que a reação da família frente aos filhos gays, em geral, é muito negativa. É também um sentimento generalizado que o pai é quem tem maiores dificuldades para aceitar a homossexualidade do filho. Nos grupos focais, tanto de professores(as) quanto de estudantes, todos (as) se lembravam de casos de filhos humilhados pelos pais ou mandados embora da casa quando o pai soube que o filho era homossexual. Embora fossem poucos casos, todos os lembravam.

A maioria dos(as) professores(as) pensava que as famílias relutam muito em aceitar a homossexualidade dos filhos e que muitas vezes preferem fazer como que não sabem. Os (as) estudantes também se lembraram de alguns casos em que todos sabiam que um aluno era homossexual, menos o pai, embora, nesses casos alguns pensavam que o pai preferia agir como se não soubesse.

Os (as) professores (as) também, em geral, preferem não fazer nada com relação à família quando percebem que algum aluno é homossexual porque temem que a reação da família possa ser ruim e prejudicar o(a) estudante e criar conflito na escola.

Os(as) professores(as) disseram que a reação da família seria ruim e reconheceram que não estão preparados(as) para lidar com estudantes e muito menos ainda para lidar com as famílias.

“O que precisam fazer é esse trabalho com os pais, vocês precisam saber como estão as famílias desses meninos...” (professor(a))

Ainda que os relatos de pais que não aceitam a homossexualidade das filhas tenha sido menos frequente do que a dos filhos, eles não deixaram de aparecer nas respostas dos(as) entrevistados(as).

“eles fazem de tudo para converter a menina a ser mulher” (professor(a))

A percepção da reação das famílias diante do tema coloca, não somente os filhos e filhas, mas os próprios profissionais da escola, em uma situação de oprimidos, especialmente no que se refere à compreensão de seus papéis diante do tema, ou mesmo da necessidade de abordá-lo em sala de aula. Alguns disseram que é esse o motivo pelo qual não trabalham com o tema da diversidade sexual nas escolas. Ainda que essa justificativa possa ser usada em defesa das próprias limitações de autoridades de educação e professores(as) diante das questões LGBT, não podemos negar que ela parece refletir a resistência das famílias diante da sexualidade não heterossexual dos filhos e filhas. A intensidade e causas desta resistência precisam ser mais e melhor investigadas.

“as vezes os pais fingem que não sabem, se for falar pode até levar um processo nas costas” (diretor(a))

- Homofobia na Escola

Os(as) estudantes, embora não conhecessem o termo homofobia, declararam que ser homossexual é um direito de cada qual. Também declararam que, apesar de ser um direito, os(as) estudantes, que são ou parecem ser gays, sofrem diversos tipos de discriminação. O mais comum é que os(as) estudantes gays sejam alvo de chacota, mas existem muito poucos casos nas escolas. Nos grupos, ninguém mencionou o lesbianismo, espontaneamente, e quando se perguntou, especificamente, sobre o número de lésbicas nas escolas, os (as) estudantes responderam que são casos excepcionais. Ninguém se lembrava de casos de discriminação ou maus tratos a pessoas lésbicas.

As autoridades e professores (as) declararam que as escolas promovem a não discriminação. Por outro lado, também declararam que o problema não é importante quantitativamente, mas, quando são testemunhas de casos de discriminação ou até de violência homofóbica, contraditoriamente, responderam que tendem a se omitir. Os(as) professores(as) não se sentiam preparados para agir em casos de discriminação baseada na homofobia e alguns disseram que se limitavam a tentar evitar conflitos violentos.

Apesar de que a maioria dos(as) professores(as) tenha declarado que há poucos casos de homofobia, todos(as) se lembraram de alguns casos de estudantes que sofreram muito por essa causa, incluindo violência física. A percepção é de que este tipo de discriminação está focado entre os estudantes e não entre os (as) professores (as).

“entre os funcionários e professores não tem diferença, já entre os alunos, uns com os outros existe preconceito, Mas os funcionários e professores combatem” (professor(a))

Ao serem questionados a conceituar homofobia, muitos não sabiam o seu significado. Uma das respostas se aproximou em parte do conceito neste estudo, apesar de ter tido enfoque psicologizante, dizendo que tem relação com a não aceitação do homossexual.

“Homofobia está relacionado a uma doença, um transtorno mental que você não aceita o homossexual”(professor(a))

O enfrentamento efetivo a este tipo de preconceito, na percepção dos entrevistados, parece não passar pelo papel da escola. Houve apenas o reconhecimento do papel dos movimentos

sociais, mas não foi apontada qualquer iniciativa que fosse responsabilidade prioritária das escolas.

“Para acabar com a homofobia acho que contribui muito a questão dos movimentos, movimentos gays, acho que é questão de se tornar evidente”. (professor(a))

- Causas e consequências da homofobia

Quando se fala das causas da homofobia, tanto estudantes quanto professores (as) deram respostas, inicialmente, muito pouco precisas. As respostas, de alguma maneira, mostraram que tanto estudantes quanto educadores(as) tenderam a responder espontaneamente que a homofobia é natural e que a discriminação contra os homossexuais também é natural porque sempre foi assim. Embora todos (as) tivessem declarado que todos têm direito a ter qualquer orientação sexual, bem no fundo, como declararam vários entrevistados, muitas pessoas têm um sentimento de rejeição para os que não se comportam de acordo com a norma e que só reconhecem a heterossexualidade como normal. Quando se insistiu no tema e os(as) entrevistados(as) foram estimulados(as) a pensar quais seriam as causas dessa rejeição, surgiram uma série de razões que poderiam ser a explicação da homofobia. Entre elas, está a educação formal, que privilegia os valores das religiões judaico-cristãs e o machismo, também em parte originado pela formação religiosa, que é a norma de conduta nas famílias. Nesse contexto, os (as) estudantes declararam que as famílias não aceitam a homossexualidade como algo natural. Segundo eles, até pode ter aquela família que diz, quando o problema é de outrem, que a homossexualidade é um direito e que cada um tem o direito de ser o que quiser. Porém, quando a pessoa deve enfrentar um filho ou uma filha homossexual o discurso muda porque um homossexual na família é considerado uma “desonra”. Alguns mencionaram que a rejeição aos homossexuais pregada pela religião católica é também uma das razões que mantém a homofobia.

Ao falar da importância da homofobia, as respostas se deram em dois níveis. Houve consenso para responder que é um problema importante, mas não foi tão claro o porquê eles pensam que a homofobia é importante. Alguns expressaram que todo mundo deveria ter os mesmos direitos e que a discriminação é inaceitável. Por outro lado, talvez porque os casos são percebidos como pouco frequentes na escola, ninguém declarou que a homofobia pode interferir ou até interromper os estudos de homossexuais. Os(as) professores(as) não referiram casos específicos de estudantes que deixaram a escola porque eram discriminados por serem homossexuais, mas estudantes lembravam que tinha havido alguns casos de abandono da escola por maus tratos originados na homossexualidade.

Houve consenso em que a homofobia é uma das causas de violência no ambiente escolar, mas que existem outras causas mais importantes que explicam a violência nas escolas. Por exemplo, são comuns as brigas por ciúmes ou disputas pelas namoradas. Existe também a sensação de que cada vez há mais violência nas escolas e que os(as) professores(as) estão cada vez mais indefesos(as) e incapazes de coibi-la.

- Programa Brasil sem Homofobia

O programa “Brasil sem homofobia” é muito pouco conhecido pelos entrevistados. Autoridades e professores(as) sabiam da sua existência, mas não sabiam se no município

estavam sendo implementadas algumas ações com apoio direto do programa. Também não tinham uma visão muito clara do programa, mas quase todos tinham escutado falar sobre o tema. Inclusive, alguns(mas) professores(as) referiram algumas atividades realizadas que tinham como objetivo reduzir a homofobia, mas não as relacionavam com o programa.

- Outros achados relevantes

Ao discutir o relacionamento das escolas com a comunidade, especialmente com as ONGs que trabalham os temas de diversidade, cidadania e direitos sexuais e reprodutivos, chamou a atenção que os(as) professores(as) não têm relacionamento com estes grupos e nem sabem o que eles fazem. Na opinião de estudantes, a escola parece estar preocupada só em cumprir dando as aulas e repassando as matérias curriculares, fazer as provas e outro tipo de avaliações para cumprir com o programa, sem se preocupar com o bem estar do estudante. Ainda segundo eles, os(as) professores(as) estão muito pouco interessados na escola como um todo porque se limitam a cumprir o horário porque têm mais de um emprego. Também escutamos alguns(mas) estudantes dizerem que *“os professores estão nem aí conosco, eles lecionam e dão provas, mas nem sabem nem se interessam com o que passa conosco”*.

Entretanto uma ou duas pessoas (autoridade e professor) declararam ter interesse no tema e que seria importante trabalhar com ONGs e outros grupos que lidem com direitos humanos. Trabalhando em conjunto poderiam desenvolver estratégias e ações que contribuíssem mais efetivamente a diminuir a homofobia.

Os(as) professores(as), tanto da rede municipal ou estadual, declararam que ambas redes trabalham de forma independente. Os professores de ambas as redes de educação têm opiniões muito similares com relação à homofobia e reconhecem a sua importância. Entretanto, as autoridades não tem conseguido discutir conjuntamente quais poderiam ser as estratégias mais efetivas de luta contra a homofobia nem de implementar ações conjuntas, nem sequer nas campanhas.

Em algumas escolas houve algumas manifestações de genuíno interesse pela pesquisa e alguns(mas) professores(as) e coordenadores(as) solicitaram que os resultados fossem realmente conhecidos pela comunidade escolar. Como uma autoridade falou:

“Queira que tenhamos acesso aos resultados para que esses realmente nos tragam algum retorno que possa ser utilizado para melhorar o nosso trabalho” (autoridade).

Um(a) professor(a) também expressou o mesmo desejo:

“Gostaria que vocês voltassem para nos dar retorno dos resultados da pesquisa pois nunca ficamos sabendo dos resultados das pesquisas realizadas em nossas escolas” (professor(a)).

Estas declarações destacam a importância que a pesquisa pode ter e reforça o compromisso que devemos assumir de fazer com que os resultados sejam amplamente conhecidos.

Houve várias pessoas (professores(as) e autoridades) que declararam que conhecer bem o problema é só um primeiro passo na direção da resolução do problema, mas que esse passo é indispensável para definir atividades futuras.

6. Considerações finais

Embora existam muitas opiniões e percepções diferentes sobre alguns aspectos pontuais, em geral, as atitudes e o conhecimento sobre a homofobia são mais ou menos uniformes em todas as escolas do município.

Em geral, todos concordam em que a homofobia nas escolas é um fato real e que constitui um problema importante que merece toda a atenção das autoridades educacionais, da comunidade escolar e de toda a comunidade. Também foi dito em repetidas oportunidades que é importante que haja políticas e estratégias, mas que é ainda mais importante que elas sejam realmente implementadas.

Embora há consenso em que a homossexualidade é mais visível nos últimos anos e muitos pensam que a homossexualidade está aumentando, nas escolas a homossexualidade não se expressa. Não há namoros homossexuais entre estudantes e a violência parece ser mais por outras causas. Os professores não são contra a homossexualidade, mas são contra a manifestação dela na escola.

Também, no decorrer das participações em grupos, as respostas mostram que, intimamente, as(os) professores(as) e, em menor grau, os(as) estudantes pessoas sentem ou pensam que a homossexualidade seria algo não normal, errado ou não valioso e que seria inadmissível no ambiente escolar.

Por outro lado, é também um sentimento generalizado que existem tantos problemas nas escolas, alguns deles tão importantes e urgentes que fazem com que a homofobia não seja considerada como uma prioridade. Isso poderia explicar o fato de não haver um programa sistemático bem estruturado de luta contra a homofobia nas escolas.

Os(as) professores(as) sentem-se impotentes para agir em vários campos, entre eles na educação sexual, porque não têm sido capacitados(as) adequadamente nem têm tempo para assumir novas funções ou implementar novas ações porque sentem que já estão muito sobrecarregados de trabalho e responsabilidades.

Além disso, a homofobia está naturalizada. Bem no fundo, professores(as) e até alguns(mas) estudantes pensam que a homofobia é natural porque os homossexuais transgridem a ordem natural. Segundo as religiões dominantes no âmbito social onde vivem as pessoas, Deus, ou a natureza, criou homens e mulheres com a responsabilidade de ter sexo entre homens e mulheres, com a finalidade precípua de perpetuar a espécie pela reprodução. Baseados nesse pensamento ou crença, qualquer desvio dessa norma é considerado errado e o transgressor é considerado uma pessoa de menor valor, má, pervertida, anormal e indigna.

A disseminação dos resultados deste estudo deverá estimular as autoridades educacionais a trabalhar na discussão do tema e no desenho de estratégias efetivas. Parece evidente que a primeira providência a ser tomada é a implementação plena de programas de capacitação integral para professores e professoras para que possam atuar eficientemente na área de educação sexual e na luta contra qualquer tipo de discriminação nas escolas.

É também evidente que o esforço não pode se concentrar só nessa área. É também muito importante melhorar o ambiente escolar em geral e as condições de trabalho dos professores e professoras para que possam cumprir efetivamente seu papel de educadores.

Anexo 1**Agenda de Atividades nas escolas: Natal**

Nome da Escola	Escola Estadual Newton Braga Faria	Escola Municipal Juvenal Lamartine	Escola Estadual Graciliano Lordão	Escola Municipal Amadeu Araújo
Atividade	Data: 28/10/2009	Data: 29/10/2009	Data: 30/10/2009	Data: 01/11/2009
GF 1 Professores(as)	Horário:15:49/17:23 Responsáveis:Elaine e Emanuel	Horário:16:30/17:10 Responsáveis: Tiago David	Horário:15:49/16:23 Responsáveis: Elaine e Emanuel	Horário: 15:45/16:45 Responsáveis: Elaine e David
GF 2 Professores(as)	-	-	-	Horário: 15:55/17:06 Responsáveis: Tiago e Emanuel
GF Estudantes	Horário: 14:16/15:24 Responsáveis: Elaine e Emanuel	Horário: 15:05/16:30 Responsáveis: Tiago e David	Horário: 14:16/15:24 Responsáveis: Elaine e Emanuel	Horário: 14:40/15:14 Responsáveis: Tiago e Emanuel
Entrevista Diretor(a)	Horário:10:05/11:00 Responsáveis: David e Emanuel	Horário: 8:30/9:10 Responsáveis: Elaine Tiago	Horário: 10:05 Responsáveis: Elaine Emanuel	Horário: 10:00 Responsáveis:Elaine e Emanuel
Entrevista coordenador(a) Pedagógico(a)	Horário: 15:15/16:20 Responsáveis: David e Emanuel	Horário:14:30/15:45 Responsáveis: Emanuel e David	Horário:13:11 Responsáveis: Elaine Emanuel	Horário: 14:30 Responsáveis: Elaine e David
Observação e entrevistas informais	OK	OK	OK	OK